

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Doutor em Direito pela UFMG. Professor titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG. Desembargador aposentado do TJMG. Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto de Direito Comparado Luso-brasileiro, do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual Civil e da International Association of Procedural Law e da Association Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française. Parecerista. Advogado.

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

54a Revista,
atualizada
edição e ampliada

- Execução Forçada
- Cumprimento de sentença
- Execução de títulos extrajudiciais
- Processos nos Tribunais
- Recursos
- Direito Intertemporal



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 06.11.2020

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1989

54ª edição – 2021

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de direito processual civil, volume 3: execução forçada ... / Humberto Theodoro Júnior. – 54. ed. –Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-9290-3

1. Processo civil – Brasil. I. Título.

20-67434

CDU: 347.9(81)

Camila Donis Hartmann –Bibliotecária – CRB-7/6472

Índice da Matéria

PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Parte I – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro

CAPÍTULO I – PANORAMA DAS VIAS EXECUTIVAS

§ 1º	A abolição da ação de execução de sentença	3
1.	Introdução	3
2.	O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	4
3.	A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	6
4.	O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	7
5.	A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	8
6.	A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro	9
7.	Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
8.	Observações conclusivas	13

CAPÍTULO II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

§ 2º	Disposições gerais	16
9.	Introdução	16
10.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	17
11.	Cumprimento de sentença e contraditório	19
12.	Necessidade de requerimento do exequente	19
13.	Intimação do devedor	20
	I – Regra geral	20
	II – Exceções abertas pela própria lei	22
	IV – Inatividade processual longa	22
	III – Intimação presumida	22
	V – Prazo da intimação	22
14.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários	23
15.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	23
16.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva	24
17.	Tutela interdital como padrão	28
18.	Cumprimento por iniciativa do devedor	28
19.	Sucumbência	29
	I – Sucumbência no cumprimento de sentença	29

	II – Regime do atual Código.....	30
	III – Sucumbência na impugnação ao cumprimento da sentença	30
	IV – Base de cálculo da verba advocatícia	30
	V – Despesas e custas do cumprimento de sentença	31
20.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	31
	I – Noção de condição e termo.....	31
	II – Restrições doutrinárias às sentenças condicionais	31
	III – Admissibilidade legal da sentença condicional	32
21.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	33
§ 3º	Os títulos executivos judiciais	34
22.	Enumeração legal	34
23.	Medidas preparatórias especiais.....	35
24.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeiras.....	36
25.	Encerramento do cumprimento da sentença	36
26.	Sentença condenatória civil	37
27.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	39
28.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	39
29.	Ação declaratória e prescrição.....	41
30.	Decisão homologatória de autocomposição.....	42
	I – Autocomposição judicial.....	42
	II – Amplitude subjetiva da autocomposição judicial.....	43
	III – Procedimento executivo	43
	IV – Autocomposição extrajudicial	43
31.	O formal e a certidão de partilha	44
32.	Crédito de auxiliar da justiça	45
33.	Sentença penal condenatória.....	45
	I – Força civil da sentença penal	45
	II – Requisitos da execução civil da sentença penal	46
	III – Condenação civil provisória no bojo da sentença penal.....	46
	IV – Legitimação para a execução civil da sentença penal.....	47
34.	Sentença arbitral.....	47
35.	Decisão estrangeira	48
	I – Sentença estrangeira.....	48
	II – Decisão interlocutória estrangeira.....	49
	III – Sentença oriunda de país-membro do Mercosul	49
§ 4º	Particularidades de alguns títulos executivos judiciais	51
36.	Condenações a prestações alternativas.....	51
37.	Julgamento fracionado da lide.....	51
38.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória	52
39.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	52
	I – A sentença como título protestável	52
	II – Procedimento do protesto	53
	III – Pagamento no cartório de protesto	53
	IV – Cancelamento do protesto	54
	V – Superveniência de ação rescisória	54
	VI – Inscrição em cadastro de inadimplentes.....	54

§ 5º	Competência	55
40.	Juízo competente para o cumprimento da sentença.....	55
41.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença.....	55
42.	Competência opcional para o cumprimento da sentença	56
43.	Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	57
44.	Competência para execução do efeito civil da sentença penal.....	58
45.	Competência internacional.....	58
§ 6º	Defesa do devedor	60
46.	Impugnação do executado	60
47.	Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação.....	60
48.	Ausência de preclusão	61
49.	Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação.....	61
50.	Natureza jurídica da impugnação	62
51.	Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	62
	I – Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia....	63
	II – Ilegitimidade de parte	64
	III – Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	64
	IV – Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	72
	V – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	73
	VI – Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	75
	VII – Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.....	75
52.	O cumprimento da sentença e a prescrição.....	76
	52.1. Um caso particular de prescrição	79
53.	Impedimento ou suspeição do juiz.....	80
54.	Executados com diferentes procuradores	80
55.	Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante à obrigação de quantia certa	80
56.	Efeito da impugnação	81
57.	O problema da iliquidez da sentença	81
58.	As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado.....	83
59.	Procedimento da impugnação.....	83
60.	Instrução probatória	83
61.	Julgamento da impugnação	84
62.	Coisa julgada.....	84

CAPÍTULO III – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

§ 7º	Noções introdutórias	86
63.	Noção de obrigação por quantia certa	86
64.	Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia.....	86
65.	Requerimento do credor	87
	I – Iniciativa do credor	87
	II – Iniciativa do devedor	87
66.	Intimação do devedor	88
	I – Regra geral.....	88
	II – Exceções	88
	III – Intimação presumida	89

	IV – Inatividade processual longa.....	89
	V – Prazo da intimação.....	89
67.	Inexecutividade do fiador e outros coobrigados.....	89
§ 8º	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	91
68.	Cabimento.....	91
69.	Multa legal e honorários de advogado.....	91
	I – Multa legal.....	91
	II – Multa na execução de sentença arbitral e outras decisões.....	92
	III – Multa e honorários de advogado na execução provisória.....	92
	IV – Quando cabe a verba honorária e como arbitrá-la.....	93
	V – Depósito do <i>quantum</i> devido, antes de recorrer da sentença exequenda.....	93
	VI – Execução sem multa.....	93
	VII – Requerimento do credor.....	94
	VIII – Intimação do executado.....	94
70.	Contagem do prazo para pagamento.....	94
	70.1. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo.....	95
71.	Penhora e avaliação.....	96
72.	O procedimento executivo.....	96
73.	Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença.....	96
	I – Dados necessários do requerimento.....	96
	II – Nomeação dos bens a penhorar.....	97
	III – Definição do <i>quantum</i> exequendo.....	97
	IV – Demonstrativo que dependa de dados extra-autos.....	97
	V – Impugnação do devedor ao cumprimento da sentença.....	97
74.	Defesa do executado.....	98
75.	Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor.....	98
76.	Parcelamento da dívida.....	98
77.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório.....	98
§ 9º	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	100
78.	Noções introdutórias.....	100
79.	Fundamentos da execução provisória.....	100
80.	Execução de título extrajudicial embargada.....	101
81.	Situação do tema no Código atual.....	101
82.	Normas básicas da execução provisória.....	103
83.	Casos de dispensa de caução.....	106
84.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	107
85.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar.....	108
86.	Incidentes da execução provisória.....	108
87.	Procedimento do cumprimento provisório.....	108
88.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	109

CAPÍTULO IV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO
DE QUANTIA CERTA SOB REGIME ESPECIAL

§ 10.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	111
89.	A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença.....	111

90.	Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos.....	112
91.	Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....	113
	I – Competência.....	113
	II – Averbação em folha de pagamento.....	113
	III – Protesto da decisão judicial.....	114
	IV – Prisão civil do executado.....	114
	V – Cumprimento da decisão definitiva e da decisão provisória que fixa alimentos.....	115
	VI – Crime de abandono material.....	117
	VII – Pensionamento decorrente de ato ilícito.....	117
92.	Sentenças de indenização por ato ilícito.....	117
93.	Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento.....	119
94.	Pensionamento em salários mínimos.....	120
§ 11.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	122
95.	Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública....	122
96.	Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	122
	I – Execução por quantia certa sem penhora e expropriação.....	122
	II – Execução de outras obrigações da Fazenda Pública.....	123
	III – Execução de obrigações de fazer. Políticas públicas.....	123
97.	Procedimento.....	125
	I – Requerimento do exequente.....	125
	II – Intimação da Fazenda executada.....	125
	III – Expedição do precatório.....	125
	IV – Créditos de alimentos.....	126
	V – Parcelamento do precatório (CF, art. 100, § 20 – incluído pela EC nº 94/2016).....	127
	VI – Financiamento de parte dos precatórios e obrigações de pequeno valor (CF, art. 100, § 19 – incluído pela EC nº 94/2016).....	127
98.	Defesa da Fazenda.....	127
	I – Temas discutíveis.....	127
	II – Alguns destaques.....	128
	III – Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento do juízo.....	128
	IV – Duplo grau obrigatório.....	129
99.	Execução provisória.....	129
	99.1. Execução definitiva sob forma de precatório.....	130
	99.2. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor”.....	131
100.	Sequestro de verbas públicas.....	131
101.	Exceções ao regime dos precatórios.....	132
101-A.	Acordo para pagamento com desconto de precatórios federais.....	133
102.	Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	134
103.	Credores litisconsorciados.....	135
104.	Possibilidade de fracionamento do precatório.....	136
105.	Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	137
106.	Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	138
107.	O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	139
108.	Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	142
108-A.	Gestão dos recursos destinados ao cumprimento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV).....	143

CAPÍTULO V – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE
A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER,
DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

§ 12.	Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer	145
109.	Noção de obrigação de fazer e não fazer	145
110.	Execução específica e execução substitutiva	146
	I – Técnica processual na legislação anterior (tutela específica e tutela subsidiária).....	146
	II – Fungibilidade de certas obrigações de fazer e não fazer: equivalente econômico.....	147
111.	Correta prestação da tutela substitutiva	147
112.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	148
112-A.	Conversão em perdas e danos	149
113.	A multa (<i>astreinte</i>)	150
	I – Quando cabe a multa por atraso no cumprimento da sentença	150
	II – Arbitramento da multa.....	150
	III – Reexame da multa aplicada	151
	IV – Casos de modificação ou exclusão da multa	152
	V – A multa e as obrigações personalíssimas.....	152
	VI – Multa e preclusão da decisão que a impôs.....	153
	VII – Execução da multa no regime do Código de 1973.....	155
	VIII – Execução da multa no regime do atual Código.....	155
	IX – A necessidade de constituir-se um título judicial completo para a execução da multa	156
	X – Termo inicial e final de incidência da multa	157
	XI – As <i>astreintes</i> e a tutela provisória.....	159
	XII – Multa diária, correção monetária e juros moratórios	159
114.	Defesa do executado	160
§ 13.	Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	162
115.	Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	162
116.	Procedimento do cumprimento de sentença	162
117.	Impugnação do executado	163
118.	Execução das obrigações de não fazer.....	164
119.	Medidas de apoio	165
§ 14.	A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade	168
120.	Execução das prestações de declaração de vontade.....	168
120-A.	Requisitos para exigir em juízo o cumprimento da promessa de contratar	169
121.	Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	170
122.	A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade	171
123.	Natureza jurídica da sentença.....	172
§ 15.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	174
124.	Noção de obrigação de dar (entrega de coisa).....	174
125.	Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	174
	I – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i>	175
	II – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....	176
126.	Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico	176

127.	Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva	177
128.	Procedimento	178
129.	Defesa do executado	179
130.	Obrigação genérica	179
131.	Retenção por benfeitorias	179
132.	Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa	180
133.	Encerramento do processo	181

Parte II – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 16.	Princípios gerais da execução forçada	183
134.	Disposições gerais	183
135.	Vias de execução.....	184
136.	O processo judicial.....	184
137.	Processo de conhecimento e processo de execução	185
138.	Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	186
139.	Visão unitária da jurisdição	187
140.	Realização da sanção: fim da execução forçada	187
141.	Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	188
142.	Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos.....	188
143.	Meios de execução	189
143-A.	Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015	190
144.	Autonomia do processo de execução	191
145.	Cumprimento da sentença e processo de execução.....	192
146.	Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial.....	193
147.	Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução	193
§ 17.	Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....	195
148.	Princípios informativos do processo de execução	195
149.	Princípio da realidade: toda execução é real	195
150.	Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	195
151.	Princípio da utilidade da execução	196
152.	Princípio da economia da execução	196
153.	Princípio da especificidade da execução.....	196
154.	Princípio dos ônus da execução	197
155.	Princípio do respeito à dignidade humana.....	197
156.	Princípio da disponibilidade da execução	198
157.	Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo.....	199
158.	Honorários advocatícios na desistência da execução.....	200
§ 18.	Formas de execução e atos de execução.....	201
159.	As várias formas de execução	201
160.	Execução singular e execução coletiva	201
161.	Atos de execução	201
162.	Relação processual executiva.....	203
163.	A citação executiva.....	204
§ 19.	Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial	205
164.	Procedimento da execução forçada	205

165.	Observações sobre a petição inicial.....	205
166.	Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	206
§ 20.	Disposições gerais.....	209
167.	Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução...	209
168.	Poderes do juiz no processo de execução.....	209
169.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução.....	211
170.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	213
171.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	214

CAPÍTULO VII – REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

§ 21.	Pressupostos e condições da execução forçada.....	215
172.	Pressupostos processuais e condições da ação.....	215
173.	O título executivo.....	215
174.	Função do título executivo.....	216
175.	Efeito prático do título executivo.....	217
176.	Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível.....	218
177.	Formas dos títulos executivos.....	220
178.	A exigibilidade da obrigação.....	220
179.	O inadimplemento em contrato bilateral.....	221

CAPÍTULO VIII – A RELAÇÃO PROCESSUAL E SEUS ELEMENTOS

§ 22.	Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução.....	223
180.	Elementos do processo executivo.....	223

CAPÍTULO IX – ELEMENTOS SUBJETIVOS (I)

§ 23.	Partes. Legitimação ativa.....	225
181.	Nomenclatura.....	225
182.	Legitimação ativa.....	225
183.	Legitimação ativa originária do credor.....	225
184.	Legitimação extraordinária do Ministério Público.....	226
185.	Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	226
186.	Espólio.....	227
187.	Herdeiros e sucessores.....	228
188.	Cessionário.....	228
189.	Sub-rogado.....	229
190.	Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante.....	230
191.	Terceiros interessados.....	230
192.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente.....	230
§ 24.	Legitimação passiva.....	231
193.	Legitimação passiva.....	231
194.	Dívida e responsabilidade.....	231
195.	O devedor.....	232
196.	Espólio e sucessores.....	233
	I – Espólio.....	233

II – Herdeiros.....	233
III – Representação do espólio	233
IV – Sucessores <i>causa mortis e inter vivos</i>	234
V – Sucessão entre empresas	234
VI – Desconsideração da personalidade jurídica	234
197. O novo devedor	235
198. Fiador judicial.....	236
199. Fiador extrajudicial.....	236
200. Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito	238
201. Responsável tributário.....	238
202. Revelia do devedor e curador especial	241
§ 25. Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução	242
203. Litisconsórcio.....	242
204. Assistência.....	242
205. Denúnciação da lide.....	243
206. Chamamento ao processo	244
§ 26. Processo cumulativo.....	246
207. Cumulação de execuções	246
208. Cumulação sucessiva de execuções.....	247
209. Cúmulo subjetivo	248

CAPÍTULO X – ELEMENTOS SUBJETIVOS (II)

§ 27. O órgão judicial.....	249
210. Juízo competente para a execução	249
211. Execução de sentença	249
212. Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	249
213. Competência para a execução fiscal	250
214. Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	251
215. Competência para deliberação sobre os atos executivos	251

CAPÍTULO XI – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

§ 28. Objeto da atividade executiva	253
216. Bens exequíveis.....	253
217. Resquícios da execução pessoal.....	253
§ 29. Responsabilidade patrimonial	254
218. Obrigação e responsabilidade.....	254
219. Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	255
I – Bens presentes e futuros	255
II – Bens excluídos da responsabilidade patrimonial	255
III – Bens de empresa individual de responsabilidade limitada	256
220. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	256
221. Responsabilidade executiva secundária	256
222. Excussão de bens do sucessor singular.....	257
I – Alienação do bem litigioso.....	257
II – Ampliação do regime aplicável à alienação do bem litigioso.....	257
III – Boa-fé do adquirente.....	258
IV – Posição processual do terceiro adquirente.....	258

	V – Necessidade de intimação do terceiro adquirente	258
	VI – Defesa do terceiro adquirente	259
223.	Excussão de bens do sócio	259
224.	Desconsideração da personalidade jurídica	260
	I – Desconsideração direta.....	260
	II – Desconsideração invertida.....	261
225.	Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	261
226.	Bens do devedor em poder de terceiros.....	262
227.	Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação.....	262
228.	Bens alienados em fraude à execução.....	263
229.	Casos de fraude à execução.....	265
	I – Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória.....	265
	II – Bens vinculados a processo de execução	266
	III – Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial.....	267
	IV – Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência do processo	268
	V – Demais casos expressos em lei	268
230.	Fraude à execução e insolvência do devedor.....	269
	I – Particularidades da fraude prevista no inciso IV do art. 792 do CPC/2015.....	269
	II – Jurisprudência formada ao tempo do CPC de 1973.....	269
	III – Regime do CPC de 2015.....	269
	IV – Momento de configuração da fraude à execução.....	270
	V – Negócios jurídicos enquadráveis na fraude à execução	271
	VI – Defesa do terceiro adquirente	271
231.	A fraude por meio de negócio financeiro	271
232.	A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude à execução.....	272
233.	A posição do terceiro adquirente em face da execução	274
234.	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	274
235.	Bens sujeitos ao direito de retenção.....	276
236.	Excussão de bens do fiador.....	276
237.	Bens de espólio	277
238.	Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície	277
238-A.	Execução que envolva o direito real de laje	278
239.	A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução.....	278

CAPÍTULO XII – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

§ 30.	Execução de títulos extrajudiciais	281
240.	Execução de sentença e ação executiva	281
241.	Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança.....	281
§ 31.	Títulos executivos extrajudiciais	283
242.	Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	283
243.	Títulos cambiários e cambiariformes	284
244.	Duplicatas.....	285
245.	Responsáveis cambiários.....	286
	245.1. Fundos de investimento em direitos creditórios	287
246.	Documento público ou particular	288
246-A.	Decisão do Tribunal de Contas	289
247.	O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	289
248.	Contrato com convenção arbitral	289

249.	Confissões de dívida	290
250.	Contrato de abertura de crédito	290
251.	Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução	292
252.	Execução hipotecária	294
	I – Alienação do imóvel hipotecado	294
	II – Abandono do imóvel	294
	III – Remição pelo adquirente	294
	IV – Remição pelo executado	295
	V – Adjudicação pelo credor	295
	VI – Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel	295
252-A.	A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	296
253.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	297
254.	A hipoteca e a prescrição	298
255.	Classificação das garantias	298
	I – Cauções reais	298
	II – Cauções fidejussórias	299
	255.1. Fiança. Extensão da caução fidejussória	299
256.	Seguros	300
257.	Rendas imobiliárias	300
258.	Aluguel de imóvel e encargos acessórios	301
259.	Encargo de condomínio	302
260.	Dívida ativa da Fazenda Pública	302
260-A.	Transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de crédito da Fazenda Pública Federal ...	305
261.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral	305
262.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados	306
263.	Títulos executivos definidos em outras leis	306
264.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	307
265.	Títulos estrangeiros	308

CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 32.	Regras pertinentes às diversas espécies de execução	310
266.	Organização da matéria no Código de Processo Civil	310
267.	Direito de preferência gerado pela penhora	310
268.	Tutela aos privilégios emergentes da penhora	313
269.	A petição inicial	313
270.	A documentação da petição inicial	313
	I – Título executivo extrajudicial	313
	II – Prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo	313
	III – Demonstrativo do débito atualizado	314
	IV – Prova de que adimpliu a contraprestação que lhe corresponde	314
271.	Outras providências a cargo do credor	314
272.	Obrigações alternativas	314
273.	Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação	315
274.	Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada	315
275.	Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso	315

275-A.	Penhora de direitos reais sobre imóvel alheio: direito de superfície e direito de laje.....	316
275-B.	Penhora de cota de bem indivisível	317
276.	Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada	317
277.	Medidas acautelatórias	317
278.	Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público	318
279.	Efeito da averbação	318
280.	Abuso do direito de averbação	319
281.	Petição inicial incompleta ou mal instruída	319
281-A.	Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes	320
282.	Execução e prescrição.....	320
	I – Interrupção da prescrição	320
	II – Prescrição intercorrente	321
283.	Nulidades no processo de execução	321
284.	Imperfeição do título executivo.....	322
285.	Falta de título executivo.....	322
286.	Nulidade da execução fiscal.....	322
287.	Vício da citação.....	323
288.	Verificação da condição ou ocorrência do termo	324
289.	A arguição das nulidades	324
290.	A arrematação de bem gravado com direito real.....	325
291.	Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor	326
292.	Execução realizável por vários meios	326
	I – Execução pelo meio menos gravoso	326
	II – Casos de agravamento da onerosidade da execução	327
293.	Peculiaridades da citação executiva.....	328

CAPÍTULO XIV – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

§ 33.	Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa	329
294.	Conceito	329
295.	Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa	329
296.	Procedimento.....	330
297.	Cominação de multa diária.....	332
298.	Regime dos embargos do executado.....	332
299.	Alienação da coisa devida	333
300.	Execução da obrigação substitutiva.....	333
301.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....	334
302.	Embargos de retenção.....	335
303.	Execução para entrega de coisa incerta.....	336
304.	Medidas de coerção e apoio	336

CAPÍTULO XV – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

§ 34.	Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer	339
305.	O problema da execução das prestações de fato	339
306.	Fungibilidade das prestações.....	340
307.	<i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	340
	I – Revisão da multa	341
	II – Impossibilidade de realização da prestação.....	341
	III – Procedimento para exigência da multa periódica.....	341
308.	Distinções preliminares.....	342

309.	Princípios comuns.....	342
310.	Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer	343
311.	Execução das prestações fungíveis.....	343
312.	Realização da prestação fungível por terceiro	344
313.	Inadimplência do terceiro contratante	345
314.	Realização da prestação pelo próprio credor.....	345
315.	O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817	346
316.	Autotutela prevista no atual Código Civil.....	347
317.	Execução das prestações infungíveis	348
318.	Execução das obrigações de não fazer.....	348

CAPÍTULO XVI – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

§ 35.	Noções gerais	352
319.	O objetivo da execução por quantia certa.....	352
319-A.	Prestações vincendas	353
320.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	353
321.	Espécies.....	354

CAPÍTULO XVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

§ 36.	Fase de proposição	355
322.	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	355
323.	Proposição.....	355
324.	Procedimento da penhora e avaliação.....	357
	I – Realização da penhora	357
	II – Falta de nomeação de bens à penhora.....	357
	III – Intimação da penhora	357
325.	Arresto de bens do devedor não encontrado	358
326.	Honorários de advogado em execução de título extrajudicial	358
327.	Redução da verba honorária.....	359
328.	Majoração da verba honorária.....	359

CAPÍTULO XVIII – FASE DE INSTRUÇÃO (I)

§ 37.	Penhora	360
329.	A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa.....	360
330.	Natureza jurídica da penhora	361
331.	Função da penhora	362
332.	Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros.....	363
333.	Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público.....	365
334.	Averbação da penhora no registro competente.....	368
335.	Lugar de realização da penhora.....	368
336.	Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução.....	368
§ 38.	Objeto da penhora	370
337.	Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	370
338.	Bens impenhoráveis.....	371
	I – Limitação da impenhorabilidade ao último salário mensal	374
	II – Limitação da impenhorabilidade a parte da remuneração.....	374

339.	Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	379
340.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	379
341.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	379
341-A.	Renúncia à impenhorabilidade	382
342.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	382
342-A.	Pode a impenhorabilidade ser instituída por medida cautelar?.....	383
343.	Bens relativamente impenhoráveis	384
344.	As quotas ou ações de sociedades empresariais	384
345.	Limites da penhora	387
346.	Valor dos bens penhoráveis	387
347.	Escolha dos bens a penhorar	388
348.	A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	388
349.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes.....	390
350.	Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado.....	390
351.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	391
352.	Situação dos bens a penhorar	392
353.	Bens fora da comarca.....	392
§ 39.	Realização e formalização da penhora	394
354.	Penhora pelo oficial de justiça.....	394
355.	Penhora de bens em mãos de terceiro	394
356.	Dificuldade na localização dos bens a penhorar.....	395
357.	Frustração da diligência	395
358.	Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial.....	395
359.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	396
360.	Intimação de penhora.....	397
§ 40.	Penhoras especiais	398
361.	Particularidades da penhora de certos bens.....	398
362.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira.....	398
	I – Penhora <i>on-line</i>	398
	II – Indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do executado	399
	III – Bacen Jud.....	400
	IV – Cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva.....	400
	V – Cumprimento parcial do bloqueio	400
	VI – Intimação e defesa do executado.....	400
	VII – Indisponibilidade procedida em conta conjunta	401
	VIII – Decisão do juiz.....	402
	IX – Conversão da indisponibilidade em penhora.....	402
	X – Pagamento da dívida.....	402
	XI – Responsabilidade das instituições financeiras	402
	XII – Penhora <i>on-line</i> de conta de partido político	403
363.	Impenhorabilidade do saldo bancário.....	403
364.	Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	404
365.	Penhora sobre créditos do executado	405
366.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	406
367.	Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente	406
368.	Penhora no rosto dos autos.....	407
369.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	407

370.	Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada	408
371.	Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas.....	408
	I – Procedimento.....	408
	II – Diligências a serem adotadas pela sociedade após a penhora	408
	III – Liquidação das quotas ou ações.....	408
	IV – Prazo para cumprimento das diligências	409
	V – Leilão judicial das quotas ou das ações.....	409
	VI – Procedimento para as sociedades anônimas de capital aberto.....	409
372.	Penhora de direitos e ações	409
373.	Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	410
374.	Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária.....	411
375.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	411
376.	Penhora de navio ou aeronave.....	412
377.	Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa	412
378.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada	412
379.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	414
380.	Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	415
381.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	416
	I – Conceito.....	416
	II – Procedimento	417
	III – Nomeação do administrador-depositário.....	417
	IV – O administrador-depositário.....	418
	V – Celebração de contrato de locação do móvel ou imóvel.....	418
	VI – Pagamento da dívida.....	418
382.	Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	418
383.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor	419
384.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções	420
	384.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora	421
	384.2. Requisitos da reunião de execuções	421
§ 41.	Alterações e resgate da penhora.....	424
385.	Modificações da penhora.....	424
386.	Substituição da penhora	425
387.	Substituição por iniciativa de qualquer das partes	425
388.	Substituição por iniciativa do executado	426
389.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	427
390.	Menor onerosidade para o executado	427
391.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	428
392.	Remição da execução por quantia certa.....	429
§ 42.	Depósito e administração dos bens penhorados.....	431
393.	Depósito dos bens penhorados	431
394.	Escolha do depositário	431
395.	Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos	431
396.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	432
397.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos	433
398.	Função do depositário	433
399.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	433
400.	Depositário comum e depositário administrador	434

401.	Responsabilidade do depositário	435
402.	Entrega de bens após a expropriação executiva	435
403.	Prisão civil do depositário judicial.....	436

CAPÍTULO XIX – FASE DE INSTRUÇÃO (II)

§ 43.	Expropriação	438
404.	Conceito	438
405.	Modalidades de expropriação.....	438
	I – Variações do ato expropriatório	438
	II – Ordem de preferência entre os meios expropriatórios	439
	III – Remição dos bens penhorados	439
406.	Avaliação	439
407.	O encarregado da avaliação	440
408.	Laudo de avaliação.....	441
409.	Dispensa da avaliação.....	441
410.	Avaliação de bem imóvel.....	442
411.	Avaliação e contraditório	442
412.	Repetição da avaliação.....	443
	I – Cabimento	443
	II – Realização especial de nova avaliação	444
	III – Regras a observar na segunda avaliação.....	444
	IV – Impugnação à avaliação.....	444
413.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	444
§ 44.	Adjudicação	446
414.	Introdução.....	446
415.	Conceito de adjudicação	446
416.	Requisitos da adjudicação	447
417.	Intimação do executado	447
418.	Depósito do preço	448
419.	Legitimação para adjudicar.....	448
420.	Adjudicação por credor.....	450
421.	Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado.....	450
422.	Prazo para a adjudicação.....	451
423.	Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	452
424.	Auto de adjudicação.....	453
425.	Aperfeiçoamento da adjudicação	453
426.	Carta de adjudicação	454
427.	Remição do imóvel hipotecado	455
§ 45.	Alienação por iniciativa particular	456
428.	As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular.....	456
	I – Cabimento da alienação por iniciativa particular	456
	II – Procedimento	456
	III – Escolha do corretor ou leiloeiro público para a alienação por iniciativa particular.....	457
429.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular.....	457
	I – Valor a observar na alienação	457
	II – Vantagens da alienação por iniciativa particular reconhecidas doutrinariamente	458
430.	Formalização da alienação por iniciativa particular	459
431.	Carta de alienação.....	459

I – Alienação de bem imóvel	459
II – Alienação de bem móvel	460
§ 46. Alienação em leilão judicial	461
432. Conceito de leilão judicial e arrematação	461
433. Espécies de hasta pública	461
434. Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa	462
435. Edital do leilão	462
436. Leiloeiro público.....	463
I – Deveres do leiloeiro.....	463
II – Remuneração do leiloeiro.....	463
436-A. Leilão eletrônico (particularidades)	464
437. Publicidade do edital	465
438. Intimação da alienação judicial ao devedor	466
439. Outras intimações da alienação judicial	466
I – Outros credores com direito incidente sobre os bens a leiloar.....	466
II – Titulares de direito real sobre o bem a leiloar	467
440. Adiamento do leilão	468
441. O leilão judicial.....	469
442. Aquisição do bem leiloado a prazo.....	469
I – Oportunidade para pleitear a aquisição a prazo	469
II – A proposta.....	470
III – Mora ou inadimplemento do adquirente	470
IV – Realização do leilão, não obstante a proposta de parcelamento	470
V – O cumprimento das prestações.....	471
443. Legitimação para arrematar.....	471
444. Forma de pagamento e formalização da arrematação.....	472
445. Auto de arrematação.....	473
446. Arrematação de imóveis.....	474
447. Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações	475
448. Remédios contra os vícios da arrematação	476
449. Desistência da arrematação	476
450. Invalidez e ineficácia da arrematação no regime anterior.....	477
451. Invalidez e ineficácia da arrematação no regime do CPC/2015.....	478
452. Natureza da perda de efeitos da arrematação	480
452.1. Invalidação da arrematação por preço vil ou defasado.....	481
453. Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros	482
454. Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	482
455. Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	482
456. Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	483
457. Carta de arrematação.....	483
458. Arrematação e remição da execução	486
459. Efeitos da arrematação.....	487
460. Evicção e arrematação	487
461. Vícios redibitórios	488
462. Ação anulatória da arrematação.....	489
462.1. Prazo para propositura da anulatória	490
463. Remição dos bens arrematados	491
§ 47. Apropriação de frutos e rendimentos.....	492
464. Modalidade especial de expropriação	492

465.	Iniciativa	492
466.	Pressuposto	492
467.	Procedimento.....	493
468.	Pagamento ao exequente	493

CAPÍTULO XX – FASE DE SATISFAÇÃO

§ 48.	Pagamento ao credor de quantia certa	494
469.	Satisfação do direito do exequente.....	494
470.	Última etapa do processo de execução.....	495
§ 49.	Pagamento por entrega do dinheiro	496
471.	Entrega do dinheiro	496
	471.1. Levantamento a maior.....	496
472.	Concurso de preferência sobre o produto da execução	497
472-A.	Das preferências de direito substancial	498
473.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado	499
474.	Procedimento do concurso particular.....	500

CAPÍTULO XXI – EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

§ 50.	Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do Poder Público	503
475.	Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa.....	503
	I – Título judicial (cumprimento de sentença)	504
	II – Título extrajudicial.....	504
476.	Defesa da Fazenda Pública.....	505
	I – Conteúdo dos embargos à execução	505
	II – Cumulação de execuções	505
	III – Arguição de incompetência	505
	IV – Arguição de suspeição ou impedimento	506
	V – Excesso de execução	506
477.	Julgamento	506
	I – Execução embargada.....	506
	II – Execução não embargada.....	506
	III – Honorários advocatícios.....	507
	IV – Erro e excessos nos cálculos homologados.....	507
	V – Ordem de preferência para o cumprimento dos precatórios. Credores idosos ou portadores de doença grave e pessoas deficientes.....	507
477-A.	Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor	508

CAPÍTULO XXII – EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

§ 51.	Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos	510
478.	Introdução.....	510
479.	Execução autônoma da prestação alimentícia.....	510
479-A.	Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes	511
480.	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015	511
481.	Averbação em folha de pagamento	511
482.	Prisão civil do devedor	512
483.	Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos	513

Parte III – Oposição à Execução Forçada**CAPÍTULO XXIII – RESISTÊNCIA DO DEVEDOR E DE TERCEIROS**

§ 52.	Embargos à execução	515
484.	Resistência à execução	515
485.	Outros meios impugnativos.....	516
486.	Embargos e impugnação	517
487.	Natureza jurídica dos embargos à execução.....	520
488.	Classificação dos embargos do devedor.....	520
489.	Legitimação	521
490.	Autonomia dos embargos de cada coexecutado	522
491.	Competência.....	523
492.	Generalidades sobre o processamento dos embargos	524
493.	Segurança do juízo	526
494.	Prazo para propositura dos embargos do devedor	527
495.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar.....	528
496.	Rejeição liminar dos embargos	528
	I – Casos de rejeição liminar dos embargos	528
	II – Embargos intempestivos	529
	III – Inépcia da petição inicial e outros casos de indeferimento	530
	IV – Vícios sanáveis	530
	V – Natureza do indeferimento.....	530
	VI – Embargos manifestamente protelatórios.....	530
497.	Procedimento.....	532
498.	A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	532
499.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	534
500.	Os embargos à execução e a revelia do embargado.....	535
501.	Efeitos dos embargos sobre a execução	537
502.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	537
503.	Embargos parciais	538
504.	Embargos de um dos coexecutados	539
505.	Embargos fundados em excesso de execução.....	539
506.	Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento	539
507.	Embargos de retenção por benfeitorias.....	540
508.	Matéria arguível nos embargos à execução.....	540
509.	Arguição de nulidade da execução	541
510.	Vícios da penhora e da avaliação	542
511.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	543
512.	Retenção por benfeitorias	544
513.	Defesas próprias do processo de conhecimento	544
514.	Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente	545
515.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução.....	546
516.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	547
517.	Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	547
518.	Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	548
519.	A posição especial do arrematante	549
520.	Exceção de pré-executividade.....	549
521.	Sucumbência na exceção de pré-executividade	551
§ 53.	Parcelamento judicial do crédito exequendo	553
522.	Moratória legal.....	553

523.	Requisitos para a obtenção do parcelamento	553
524.	Procedimento do incidente.....	554
525.	Indeferimento do parcelamento.....	555
526.	Descumprimento do parcelamento	556
§ 54. Embargos de terceiro		558
527.	Visão geral.....	558
528.	Natureza da ação	558
529.	Legitimação ativa.....	559
530.	<i>Provocatio ad agendum</i>	561
531.	Legitimação passiva	561
532.	Valor da causa	561
533.	Competência.....	561
534.	Oportunidade	561
535.	Julgamento e recurso	562
536.	Procedimento.....	562
537.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar	562
538.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos.....	563
539.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real.....	563
540.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	564

Parte IV – Insolvência Civil

CAPÍTULO XXIV – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

§ 55. Execução concursal		567
541.	Introdução	567
542.	Execução coletiva e execução singular	567
543.	Pressupostos da execução coletiva.....	569
544.	Efeitos da declaração de insolvência.....	570
545.	Características da execução coletiva.....	571
546.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil.....	572
§ 56. Primeira fase do processo de insolvência		574
547.	Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	574
548.	Caracterização da insolvência	575
§ 57. Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo		577
549.	Legitimação.....	577
550.	Insolvência requerida pelo credor.....	578
551.	Caráter facultativo da ação concursal.....	579
552.	Insolvência de cônjuges.....	579
553.	Ausência de bens penhoráveis do devedor	579
§ 58. Procedimentos da execução coletiva.....		581
554.	Procedimento da insolvência requerida pelo credor.....	581
555.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	582
§ 59. Competência para a execução concursal.....		585
556.	Competência.....	585
§ 60. Sentença declaratória de insolvência		586
557.	Declaração judicial de insolvência.....	586
§ 61. Administração da massa		588
558.	O administrador da massa	588
559.	Atribuições do administrador	589

§ 62. Concurso de credores.....	590
560. Verificação e classificação dos créditos	590
561. Credores retardatários e credores sem título executivo	591
562. Quadro geral de credores	592
I – Quando não há impugnação de créditos.....	592
II – Quando há impugnação de crédito	592
§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo	594
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	594
564. Encerramento e suspensão do processo.....	594
565. Saldo devedor	595
566. Extinção das obrigações	596
§ 64. Disposições gerais.....	599
567. Concordata civil	599
568. Pensão para o devedor.....	599
569. Insolvência de pessoas jurídicas.....	600
570. Editais	600

Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal

CAPÍTULO XXV – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 65. Vicissitudes do Processo Executivo.....	603
571. Suspensão da execução.....	603
572. Casos de suspensão.....	604
573. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015	605
I – Previsões do art. 313	605
II – Previsão do art. 315	606
III – Suspensão convencional	606
IV – Suspensão para parcelamento legal do débito.....	606
V – Suspensão por transação.....	606
574. Suspensão provocada por embargos.....	606
575. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	607
576. Suspensão e prescrição intercorrente	607
I – Execução por quantia certa.....	607
II – Outras modalidades de execução	609
577. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015	610
578. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor	611
579. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados	611
580. Suspensão em razão do parcelamento do débito	611
581. Efeitos da suspensão	612
582. Extinção da execução.....	612
583. Extinção por indeferimento da petição inicial.....	613
584. Extinção por satisfação da obrigação (remissão da execução).....	613
585. Extinção da dívida por qualquer outro meio	613
586. Extinção por renúncia	614
587. Extinção pela prescrição intercorrente.....	614
588. Outros casos de extinção da execução	614
589. Sentença de extinção.....	615
590. Coisa julgada.....	616

§ 66.	Recursos no processo de execução	619
591.	O problema recursal na execução	619
592.	Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	619
593.	Casos de cabimento da apelação	620
594.	Casos de agravo de instrumento	620
595.	Efeitos dos recursos.....	620
596.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	621
597.	Causas de alçada.....	621
598.	Recursos extraordinário e especial	621

Parte VI – O Processo nos Tribunais

CAPÍTULO XXVI – NOÇÕES GERAIS

§ 67.	O processo nos tribunais	622
599.	Duplo grau de jurisdição.....	622
600.	Competência dos tribunais.....	622
601.	Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	623
602.	Casos de competência originária dos tribunais	623
	I – Supremo Tribunal Federal.....	623
	II – Superior Tribunal de Justiça	624
	III – Tribunais Regionais Federais	624
	IV – Tribunais dos Estados e do Distrito Federal	624
603.	Posição da matéria no Código de Processo Civil de 2015	625
604.	O funcionamento dos tribunais	626
605.	O sistema de julgamento dos tribunais	627
606.	A relevante função do relator	627
	I – Funções de natureza de gestão processual	628
	II – Funções de natureza decisória	628
	III – Ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou existência de questão apreciável de ofício pelo tribunal.....	629
	IV – Vícios sanáveis	629
	V – Necessidade de produção de prova	629
607.	O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	630
	I – Registro e distribuição	630
	II – Prevenção	630
	III – Relatório e voto do relator.....	630
	IV – Designação de dia para julgamento	630
	V – Ordem de julgamento	631
	VI – Sustentação oral.....	631
	VII – Sustentação oral nos incidentes de resolução de demandas repetitivas	632
	VIII – Julgamento do colegiado	632
	IX – Pedido de vista dos julgadores.....	633
	X – Retratação de voto.....	634
	XI – Resultado do julgamento	634
	XII – Relevância do voto vencido	634
	XIII – Julgamento não unânime de apelação, de ação rescisória e de agravo de instrumento (substitutivo dos extintos embargos infringentes).....	634
	XIV – Acórdão e publicação.....	637

XV – Documentação eletrônica do julgamento.....	638
XVI – Não publicação do acórdão no prazo de trinta dias	638
XVII – Julgamento por meio eletrônico.....	638
XVIII – Julgamento virtual, por disciplina regimental	638
§ 68. Valorização da jurisprudência	641
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	641
608-A. Presença marcante do sistema de precedente ao longo de todo o CPC/2015	642
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais.....	644
610. Características do sistema sumular.....	647
611. A posição do atual CPC sobre a força normativa da jurisprudência	647
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa	651
612-A. Uniformização da jurisprudência nos Tribunais Superiores por meio do regime especial de recursos repetitivos.....	652
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes	654
613.1. Decisão do STF em regime de repercussão geral: formação de precedente vinculante.....	657
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências.....	658
614-A. Otimização do sistema de precedente	660
614-B. Identidade entre o precedente e a causa nova	661
615. Publicidade e alteração da jurisprudência	663
615.1. Modulação da jurisprudência vinculante	664
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais	664
616.1. A reclamação para o STJ após o advento do CPC/2015	666
617. Súmula jurisprudencial	667
618. Súmula vinculante.....	668
619. Regulamentação da súmula vinculante.....	669
I – Destinatários	669
II – Objeto	669
III – Pressupostos.....	670
IV – Procedimento.....	670
V – Legitimação	670
VI – <i>Amicus curiae</i>	671
VII – Vigência.....	671
VIII – Processos pendentes.....	671
IX – Processo administrativo.....	671
X – Reclamação	671
§ 69. Incidente de assunção de competência.....	673
620. Conceito	673
620-A. Natureza jurídica	674
621. Pressupostos.....	674
622. Procedimento.....	674
I – Requisitos	674
II – Legitimidade.....	674
III – Fases do procedimento	675
623. Efeitos da decisão	675
§ 70. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	676
624. O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	676
625. Regulamentação legal	676

	I – Ação de declaração de inconstitucionalidade (controle direto).....	676
	II – Incidente de declaração de inconstitucionalidade (controle indireto).....	677
626.	O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais.....	677
627.	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	678
628.	Iniciativa de arguição.....	678
629.	Momento da arguição.....	678
630.	Competência para apreciar o cabimento do incidente.....	679
631.	O julgamento da arguição.....	679
§ 71.	Conflito de competência	682
632.	Conflito de competência.....	682
§ 72.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	684
633.	A eficácia da decisão estrangeira.....	684
634.	O sistema nacional.....	684
635.	A homologação da decisão estrangeira.....	685
636.	Decisões estrangeiras homologáveis.....	685
	I – Decisão judicial definitiva e decisão não judicial que teria natureza jurisdicional no Brasil.....	685
	II – Decisão estrangeira para fins de execução fiscal.....	686
	III – Decisão arbitral estrangeira.....	686
	IV – Pendência de ação no Brasil.....	687
637.	Decisões estrangeiras que dispensam homologação.....	687
638.	Homologação parcial da decisão estrangeira.....	688
639.	Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	688
639-A.	Concorrência entre processos estrangeiro e nacional.....	689
640.	Natureza da decisão homologatória.....	690
641.	O procedimento da homologação.....	691
	I – Requerimento.....	691
	II – Arquivamento do pedido.....	691
	III – Citação e defesa.....	692
	IV – Manifestação do Ministério Público Federal.....	692
	V – Competência para o julgamento.....	692
	VI – Recurso contra o julgamento.....	692
642.	A execução.....	692
643.	Pedidos de urgência.....	693
643-A.	Rescisão da sentença estrangeira.....	693
644.	A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	693
645.	Execução de medida de urgência estrangeira.....	694
646.	Procedimento do <i>exequatur</i>	695
	I – Requisitos para o <i>exequatur</i>	695
	II – Competência.....	695
	III – Manifestação do Ministério Público Federal.....	695
	IV – Recurso contra decisão do Presidente.....	695
	V – Execução após o <i>exequatur</i>	696
§ 73.	Ação Rescisória	697
647.	Conceito.....	697
648.	Pressupostos.....	699
	I – Decisão de mérito transitada em julgado.....	699
	II – Prazo decadencial.....	700

III – Sentenças terminativas	700
IV – Decisões interlocutórias de mérito	700
V – Identificação das decisões de mérito	700
VI – Trânsito em julgado	701
649. Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial.....	701
I – Coisa julgada sobre questão principal e questão prejudicial	701
II – Distinção entre os regimes da coisa julgada referente à questão principal e à questão incidental.....	702
650. Decisões terminativas rescindíveis	703
I – Rescindibilidade excepcional de decisão que não resolveu o mérito	703
II – Decisão terminativa que impede o reexame do mérito	704
651. Rescisão parcial	705
652. Casos de admissibilidade da rescisória	705
653. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	706
654. Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II)	706
655. Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	707
656. Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	708
657. Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	709
658. Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V)	710
I – Sistema do antigo CPC	710
II – Sistema do CPC/2015.....	711
III – Inovação da Lei nº 13.256/2016.....	713
IV – Rescisão da sentença no capítulo relativo aos honorários advocatícios sucumbenciais	714
658-A. Natureza da norma violada.....	714
658-B. Ofensa à norma reguladora dos honorários advocatícios sucumbenciais.....	714
659. Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência.....	715
660. Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V)	716
660-A. Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF ..	719
660-B. Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF	719
660-C. Ofensa à jurisprudência uniformizada pelo STJ	720
661. Falsidade de prova (art. 966, VI).....	720
662. Prova nova (art. 966, VII)	721
663. Erro de fato (art. 966, VIII).....	723
664. Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	724
664-A. Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória	725
664-B. Autocomposição e título executivo judicial.....	727
665. Atos sujeitos à ação anulatória.....	728
666. Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória	729
667. Fundamentos da ação anulatória	729
668. Prazo para ajuizamento da ação.....	729
669. Natureza da ação	730
670. Sentença homologatória em processo contencioso	730
670-A. Anulação e rescisão de partilha.....	731
671. Legitimação	731
672. Legitimação do Ministério Público	733
673. Legitimação passiva	734
674. Citação tardia do litisconsorte necessário.....	735
675. Rescisão de decisão objetivamente complexa.....	735
676. Caução	736

677.	Competência.....	736
678.	O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	738
678-A.	Valor da causa.....	739
678-B.	Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida.....	739
679.	Multa de 5% sobre o valor da causa.....	740
680.	A execução da sentença rescindenda.....	741
681.	Indeferimento da inicial.....	742
682.	Procedimento.....	743
682-A.	Revisor no processamento da ação rescisória, perante o STJ.....	745
683.	Natureza e conteúdo da decisão.....	746
683-A.	A verba sucumbencial da sentença rescindenda: custas e honorários de advogado.....	747
684.	A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	747
685.	Preservação de efeitos da sentença rescindida.....	750
686.	Rescisória de rescisória.....	751
687.	Prazo de propositura da ação rescisória.....	751
688.	Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	753
689.	A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça.....	756
690.	Contagem do prazo.....	758
	I – Vencimento em férias forenses, recesso, feriados ou dia em que não houver expediente.....	758
	II – Termo inicial diferenciado.....	758
	III – Casos problemáticos.....	759
691.	Extinção da ação rescisória por abandono da parte.....	760
692.	Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória.....	760
693.	Sentença nula de pleno direito.....	762
§ 74.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	766
694.	Conflitos individuais e conflitos coletivos.....	766
695.	Natureza jurídica do incidente.....	767
696.	Força de coisa julgada e força executiva.....	768
696-A.	O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas... ..	768
697.	Cabimento do incidente.....	769
698.	Objetivos do incidente.....	771
699.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência... ..	771
700.	Legitimidade para a promoção do incidente.....	773
701.	Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau.....	773
702.	Desistência ou abandono do processo.....	774
703.	Participação do Ministério Público.....	774
704.	Competência.....	775
705.	Detalhes do procedimento.....	775
	I – Registro e autuação.....	775
	II – Publicidade.....	775
	III – Primeiras deliberações do relator.....	776
	IV – A incomum amplitude do contraditório.....	777
	V – Intervenções no incidente.....	778
	VI – Encerramento das diligências.....	779
	VII – Sessão de julgamento.....	779
	VIII – Acórdão.....	779
	IX – Prazo para o julgamento do incidente.....	779
705.1.	Padronização de procedimentos administrativos relacionados com o julgamento dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência.....	779

706.	Força vinculante da decisão do incidente	780
	706.1. Força vinculante e teoria da distinção.....	781
	706.2. Identidade de questão e não de causa	782
707.	Publicidade especial	782
708.	Recursos	782
709.	Reclamação	784
710.	Revisão da tese firmada no incidente	785
§ 75.	Reclamação	787
711.	Histórico.....	787
712.	Natureza da reclamação	788
713.	Cabimento.....	788
	I – Casuísmo legal	788
	II – Abrangência da reclamação.....	789
	III – Inadmissibilidade da reclamação	790
	IV – Reclamação durante o cumprimento do acórdão.....	791
	V – Existência de outros remédios processuais.....	791
	VI – Reclamação em matéria de juízo de admissibilidade dos recursos ordinários	792
714.	Legitimidade	792
715.	Procedimento.....	793
	I – Petição inicial.....	793
	II – Autuação e distribuição.....	793
	III – Atos do relator.....	793
	IV – Impugnação do pedido.....	794
	V – Participação do Ministério Público.....	794
	VI – Procedência da reclamação.....	794
	VII – Acórdão.....	794
	VIII – Honorários de advogado	794

Parte VII – Recursos

CAPÍTULO XXVII – SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

§ 76.	Recursos	797
716.	Conceito	797
717.	Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais	797
718.	Classificação dos recursos.....	799
	I – Quanto ao fim colimado pelo recorrente.....	799
	II – Quanto ao juízo que se encarrega do julgamento.....	799
	III – Quanto à extensão do reexame de um órgão sobre a matéria decidida por outro.....	800
	IV – Quanto aos motivos da impugnação	800
	V – Quanto à marcha do processo rumo à execução da decisão impugnada.....	801
719.	Fundamento e natureza do direito ao recurso.....	801
720.	Atos sujeitos a recurso	802
721.	Recursos admissíveis	803
	I – No primeiro grau de jurisdição (juízo de primeira instância), o CPC/2015 admite os seguintes recursos	803
	II – Quanto aos acórdãos dos tribunais, admite o atual Código os seguintes recursos.....	803
	III – Para as decisões de segundo grau, diferentes de acórdão, o atual Código prevê os seguintes recursos.....	804
722.	Reclamação	804

723.	Correição parcial.....	804
724.	A técnica de julgamento dos recursos.....	805
	724.1. Julgamento ampliado, em caso de falta de unanimidade	806
	724.2. Julgamento ampliado, em caso de agravo de instrumento e de ação rescisória	807
§ 77.	Princípios gerais dos recursos	808
725.	Princípios fundamentais dos recursos civis.....	808
726.	Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis.....	809
727.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	809
728.	Princípio da taxatividade	812
729.	Princípio da singularidade.....	813
730.	Princípio da fungibilidade	814
731.	Princípio da dialeticidade	816
732.	Princípio da voluntariedade.....	817
733.	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	817
734.	Princípio da complementaridade: inaplicabilidade aos recursos civis.....	818
735.	Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	818
736.	A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do CPC/2015	819
737.	Princípio da consumação.....	820
§ 78.	Disposições gerais relativas aos recursos civis	822
738.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos	822
739.	Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos.....	823
740.	Cabimento: atos judiciais recorríveis	823
741.	Tempestividade do recurso.....	823
	I – Prazo para o réu ainda não citado.....	825
	II – Prazo para o réu revel.....	825
	III – Recurso remetido pelo correio	825
	IV – Comprovação de feriado local.....	825
	V – Vista dos autos para a interposição do recurso.....	827
742.	Recurso interposto antes da publicação do julgado	828
743.	Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	829
744.	Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	831
745.	Legitimação para recorrer.....	832
	I – Generalidades	832
	II – Requisito da sucumbência.....	832
	III – Litisconsórcio unitário.....	833
	IV – Discordância da fundamentação do julgado	833
	V – Recurso do vencedor.....	833
	VI – Terceiro prejudicado	833
746.	Particularidades do recurso de terceiro	835
747.	Recurso de terceiro e coisa julgada	837
748.	Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente...	837
749.	Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	838
750.	Singularidade do recurso	838
751.	Adequação e fungibilidade dos recursos.....	839
752.	Preparo	839
	I – Preparo e deserção.....	839
	II – Inovações do CPC/2015 em relação à deserção.....	840
753.	Motivação e forma	841

754.	Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	843
	I – Fatos impeditivos.....	843
	II – Desistência do recurso	843
	III – Desistência dos recursos em tramitação no STJ e no STF.....	843
	IV – Renúncia do recurso	844
	V – Aspectos comuns da desistência e da renúncia	844
755.	Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	844
756.	Recurso adesivo.....	845
757.	Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau.....	847
758.	A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	849
§ 79.	Efeitos da interposição do recurso	850
759.	Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo.....	850
760.	Efeito substitutivo.....	850
761.	Efeito translativo.....	851
762.	Efeito expansivo.....	853
§ 80.	A apelação	854
763.	Conceito	854
764.	O CPC/2015 e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença	854
765.	Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento.....	855
766.	Interposição da apelação.....	855
767.	Efeitos da apelação	857
	I – Efeito devolutivo.....	857
	II – Efeito suspensivo.....	860
768.	Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa....	861
769.	Questão de fato e questão de direito.....	863
770.	Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013.....	863
770-A.	Posição consolidada do STJ	865
771.	Prescrição e decadência.....	866
772.	A apelação e as nulidades sanáveis do processo.....	866
773.	Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação	867
774.	Recebimento da apelação	868
	I – Pelo juiz de primeiro grau	868
	II – Pelo tribunal <i>ad quem</i>	869
775.	A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	870
776.	Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	871
777.	Deserção	871
778.	Prazo para interposição da apelação	872
779.	Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração	872
780.	Julgamento em segunda instância.....	873
	780.1. Julgamento com <i>quorum</i> ampliado	873
§ 81.	Agravo de instrumento.....	875
781.	Conceito	875
782.	Espécies de agravo.....	876
	I – Agravo de instrumento e agravo interno	876
	II – Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	876

III – Casos de agravo interno	877
IV – Síntese	877
783. Recorribilidade das decisões interlocutórias	877
783-A. Decisão interlocutória e mandado de segurança	878
784. Agravo de instrumento	879
784.1. Taxatividade dos casos questionáveis por meio de agravo de instrumento	881
784.2. Decisões interlocutórias do processo de recuperação judicial e falência	883
785. Prazo de interposição	883
786. Formação do instrumento do agravo	884
I – Conteúdo e instrução do recurso	884
II – Meios para a interposição do agravo	885
III – Vícios sanáveis ou ausência de peças obrigatórias no instrumento	885
787. Efeitos do agravo de instrumento	885
788. Processamento do agravo de instrumento	886
I – Juntada de cópia do agravo no juízo de primeiro grau	886
II – Atos do relator	887
789. O contraditório	889
790. Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i>	889
791. Julgamento do recurso pelo colegiado	890
I – Prazo para julgamento	890
II – Intervenção do Ministério Público	890
III – Sustentação oral	890
IV – Ampliação de julgamento	890
792. Encerramento do feito	890
793. Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	891
§ 82. Agravo interno	894
794. Conceito	894
795. Procedimento	894
796. Efeitos do agravo interno	895
797. Sustentação oral	895
798. Fungibilidade	896
§ 83. Embargos de declaração	898
799. Conceito e cabimento	898
800. Pressupostos dos embargos de declaração	898
801. Obscuridade no julgamento	899
802. Contradição	900
803. Omissão	901
804. Hipóteses de omissão	903
805. Erro material	904
806. Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração	905
807. Procedimento	908
I – Proposição dos embargos	908
II – Julgamento	908
III – Contraditório	908
808. Prequestionamento	909
809. Efeito interruptivo	909
810. Recurso interposto antes dos embargos de declaração	911
811. Efeito suspensivo especial	912
811-A. Possibilidade de concessão de efeito suspensivo	913

812.	Efeito integrativo	914
813.	Embargos manifestamente protelatórios.....	914
	I – Sanções aplicáveis aos embargos protelatórios.....	914
	II – Embargos de prequestionamento para recursos especial e extraordinário.....	915
	III – Aplicação da penalidade aos embargos protelatórios.....	915

CAPÍTULO XXVIII – RECURSOS PARA
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 84.	Recurso ordinário	919
814.	Introito.....	919
815.	Recurso ordinário para o STF	920
	I – Cabimento.....	920
	II – Requisitos de admissibilidade	920
	III – Interposição.....	920
	IV – Julgamento do mérito	921
	V – Concessão de efeito suspensivo	921
	VI – Fungibilidade	921
816.	Recurso ordinário para o STJ	921
	I – Cabimento.....	921
	II – Requisitos de admissibilidade	922
	III – Interposição.....	922
	IV – Recurso adesivo.....	922
	V – Julgamento do mérito.....	923
	VI – Concessão de efeito suspensivo.....	923
§ 85.	Recurso extraordinário e especial	925
817.	Recurso extraordinário.....	925
818.	Pressupostos do recurso extraordinário.....	925
819.	Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário.....	931
820.	Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	932
821.	Procedimento no STF.....	933
822.	Reflexos da decisão acerca da repercussão geral.....	934
	I – Sobre processos em curso em grau inferior de jurisdição	934
	II – Sobre outros recursos extraordinários em curso.....	934
	III – Desistência do recurso após reconhecimento da repercussão geral.....	936
823.	O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF.....	936
824.	Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral	937
825.	Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral	937
	I – Sobrestamento dos processos que versem sobre a mesma questão.....	937
	II – Recurso contra decisão de sobrestamento.....	938
	III – Recurso contra decisão de sobrestamento de recurso intempestivo	938
	IV – Julgamento do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.....	938
826.	Função do recurso extraordinário	939
827.	Efeitos do recurso extraordinário	939
	I – Efeito apenas devolutivo.....	939
	II – Tutela de urgência no recurso extraordinário para obtenção do efeito suspensivo.....	940
828.	Processamento do recurso extraordinário.....	941
	I – Interposição.....	941
	II – Contraditório.....	941

	III – Juízo de admissibilidade	942
	IV – Casos em que não ocorrerá o juízo de admissibilidade no tribunal recorrido, com a subida do feito ao tribunal superior.....	942
	V – Juízo de admissibilidade negativo no tribunal recorrido	943
	VI – Recursos manejáveis em face do juízo que inadmite o recurso extraordinário (ou o especial).....	943
	VII – Outros poderes do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido.....	943
829.	O preparo dos recursos para o STF e para o STJ	944
830.	O recurso extraordinário por via eletrônica.....	945
831.	Julgamento do recurso e julgamento da causa	945
832.	Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão.....	947
833.	Poderes do relator	949
834.	Recurso especial para o STJ	950
	I – Cabimento do recurso especial	950
	II – Elasticidade do conceito de questão de direito	952
	III – Casuísmo constitucional	953
	IV – Requisito básico.....	953
835.	Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988	954
836.	Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988	955
836-A.	Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	960
837.	Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.....	961
838.	Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	962
839.	Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	963
840.	Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário	963
840-A.	Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do TJ em recurso especial.....	964
840-B.	Reclamação concomitante ao recurso extraordinário.....	965
841.	Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário	966
842.	Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	967
§ 86.	Recursos especial e extraordinário repetitivos	970
843.	Introdução.....	970
844.	Os recursos especial e extraordinário repetitivos	970
845.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem.....	972
	I – Iniciativa do procedimento	972
	II – Escolha dos recursos representativos	972
	III – Suspensão e retenção dos recursos que versem sobre causa idêntica.....	972
	IV – Decisão em torno da suspensão do processamento dos recursos extraordinário e especial, dentro do regime repetitivo. Recorribilidade.....	973
	V – Recurso contra a decisão de sobrestamento de recurso intempestivo.....	974
	VI – Não vinculação da Corte Superior aos recursos escolhidos pelo tribunal local.....	974
846.	Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais	974
847.	Desistência do recurso-padrão.....	975
848.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF	976
	I – Decisão de afetação	976
	II – Não afetação dos recursos selecionados	977
	III – Prevenção do Ministro relator	977
	IV – Prazo para julgamento dos recursos afetados.....	977
	V – Existência de várias questões de direito nos recursos requisitados aos presidentes ou vice-presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais.....	977

	VI – Ausência de identidade entre a questão afetada e a discutida no recurso especial ou extraordinário suspenso	977
	VII – Outros poderes do relator na Corte Superior	978
	VIII – Julgamento.....	979
	IX – Diversas possibilidades do julgamento dos recursos repetitivos	979
849.	Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	980
	I – Recursos sobrestados no STJ ou STF.....	980
	II – Recursos sobrestados no tribunal de origem	980
	III – Processos sobrestados em primeira instância ou no tribunal de origem.....	981
	IV – Questão atinente à prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização	982
	V – Os recursos e os princípios da isonomia e da segurança jurídica	982
849-A.	Revisão da tese firmada em recursos especial e extraordinário repetitivos	982
850.	Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	982
§ 87.	Agravo em recurso especial e extraordinário.....	985
851.	O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	985
852.	Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem	986
853.	Interposição e contraditório	986
854.	Remessa à Corte Superior	986
855.	Julgamento	986
856.	Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	986
§ 88.	Embargos de divergência no STF e no STJ	989
857.	Embargos de divergência no STF e no STJ	989
	I – Cabimento.....	989
	II – Prazo.....	990
	III – Comprovação da divergência.....	990
	IV – Decisão de inadmissão do recurso.....	990
	V – Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário	990
858.	Alguns problemas superados pelo CPC/2015.....	991
859.	Procedimento no STJ.....	992
860.	Procedimento no STF.....	993
§ 89.	O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores.....	995
861.	Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos.....	995
	I – Fundamentos do Estado Democrático de Direito	995
	II – Evolução do reconhecimento da força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	996
862.	Ampliação da força vinculante da jurisprudência	998
§ 90.	Direito intertemporal em matéria de recursos	999
863.	Posição do atual Código.....	999
864.	Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	999
	I – Normas gerais	999
	II – Observações particulares sobre o agravo de instrumento.....	1001
	III – Observações particulares sobre os embargos de declaração	1001
	IV – Instruções administrativas do STJ	1002
§ 91.	Disposições finais e transitórias	1003
865.	Direito intertemporal.....	1003
	I – Sistema adotado pelo CPC/2015	1003

	II – Recursos e processos de competência originária dos tribunais.....	1004
	III – Procedimentos recursais.....	1004
866.	Direito probatório	1005
867.	Procedimento comum como regra geral.....	1005
868.	Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica	1005
869.	Execução contra devedor insolvente	1006
870.	Atos processuais eletrônicos e certificação digital.....	1006
871.	Trânsito em julgado de questões prejudiciais.....	1006
872.	Depósito judicial	1007
873.	Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1007
874.	Procedimentos dos juizados especiais cíveis	1007
875.	Embargos de declaração da Justiça Eleitoral	1008
876.	Alteração do Código Civil.....	1009
877.	Conselho Nacional de Justiça	1009
878.	Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal	1009
879.	Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião	1009
879-A.	Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião	1011
880.	Revogação de disposições existentes em outras leis	1012
881.	Situação especial em relação ao Código Civil	1017
882.	Pré-eficácia do novo Código de Processo Civil de 2015.....	1018
	Bibliografia.....	1019
	Índice dos Fluxogramas.....	1045